



A VOZ DOS PESCADORES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESCA ARTESANAL – COLÔNIA Z1 EM PERNAMBUCO – SÉC. XXI

TIAGO DE SÁ MONTEIRO⁴

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA ANDRADE LEITÃO⁵

RESUMO

O objetivo deste estudo consiste em um diálogo com os/as pescadores/as da Colônia de Pescadores Z-1, em Recife, sobre as políticas públicas para a pesca artesanal. Um estudo de caso, no qual foram mapeadas e identificadas as contribuições das políticas públicas governamentais no âmbito da pesca artesanal, nesta instituição no século XXI. Os dados das entrevistas e da pesquisa bibliográfica sobre o tema mostram que é insipiente o diálogo governamental com a comunidade pesquisada.

Palavras-chave: Pesca Artesanal; Políticas Públicas; Colônias de Pescadores/as.

ABSTRACT

The objective of this study consists of a dialogue with fishermen from the Z-1 Fisherman's Colony, in Recife, about public policies for artisanal fishing. A Case Study, in which the contributions of government public policies in the field of artisanal fishing were mapped and identified in this institution in the 21st century. Data from interviews and bibliographical research on the topic show that government dialogue with the researched community is incipient.

Keywords: *Artisanal Fishing; Public policy; Fishermen's Colonies.*

⁴ Discente concluinte do Curso Bacharelado Ciências Sociais, email: tiagomonteiro81@gmail.com.

⁵ Docente Titular do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, e-mail: maria.aleitao@ufrpe.br.



INTRODUÇÃO

O artigo foi fundamentado na pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado de Ciências Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco. O tema escolhido, a pesca artesanal, é muito complexo e está relacionado aos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e a Segurança Alimentar e a Igualdade de Gênero.

A importância do tema, é evidenciada nos dados da FAO⁶ sobre a quantidade de postos de trabalho na pesca artesanal, chega a cifra de quase 90% dos empregos diretos e indiretos relacionados à esta atividade, constituindo-se em “base da segurança alimentar de centenas de comunidades, muitas delas indígenas, que vivem ao longo das costas e bacias hidrográficas”. Ainda vale ressaltar que segundo a FAO, pelo menos 16% dos empregos associados à pesca extrativa são ocupados por mulheres. Estes são alguns dos motivos que em 2022 foi definido como o Ano Internacional da Pesca e Aquicultura Artesanais (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

Ainda sobre a importância do tema, estima-se que atualmente 520 milhões de pessoas (8% da população mundial) dependem direta ou indiretamente da atividade pesqueira, gerando uma receita em torno de US\$220 e 235 bilhões anualmente. Quanto à alimentação, a pesca constitui, em muitos casos, a principal fonte proteica para a população costeira, suprimindo ainda em torno de 15% das necessidades proteicas de pelo menos 3 bilhões de pessoas ao redor do mundo (Isaac *et al.*, 2006, p.181; Sumaila *et al.*, 2011).

A pesca artesanal, consiste em uma atividade tradicional na qual os seus trabalhadores e trabalhadoras utilizam diversos meios de produção (petrechos, embarcações e estratégias) para capturar diversos recursos geralmente pouco abundantes, em um meio em constante mudança (DIEGUES, 1983).

O objetivo deste estudo consiste em um diálogo com os/as pescadores/as da Colônia de Pescadores Z-1, em Recife, sobre as políticas públicas para a pesca artesanal, o que significa mapear e identificar contribuições das ações governamentais no âmbito deste segmento da cadeia produtiva da pesca, no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2022, na referida Colônia de Pescadores.

O recorte metodológico deste artigo aborda as políticas públicas para o setor, apesar da importância das questões que envolvem Segurança Alimentar e a Igualdade de Gênero, elas serão temas de futuros artigos. Quanto as fontes de dados, foram priorizadas na escrita as entrevistas realizadas com a Presidente e o Vice-Presidente da Colônia de Pescadores Z1, em Recife. Uma pesquisa exploratória, na qual foram utilizadas fontes bibliográficas,

⁶ Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.



documentos a exemplo das legislações e reportagens relacionados a pesca artesanal e entrevistas realizadas nos dias 11/07, 04 e 21/08/2023, com a presidente S.S.L (Sandra) e o vice-presidente da referida Colônia, A. L. G (Neno). Todas as entrevistas foram realizadas dentro da instituição. O roteiro de perguntas norteadoras das entrevistas incluiu, entre outras, as seguintes questões: 1) Quais as políticas públicas relacionadas à pesca artesanal que de fato atenderam a colônia Z1; 2) Existe alguma política pública específica para as mulheres que trabalham na pesca artesanal; 3) Qual o índice de evasão de pescadores artesanais (abandono da profissão para outras atividades) dentro desta comunidade pesqueira; e 4) Qual a sua opinião sobre a falta de documentação e identificação por parte de alguns pescadores ou até a documentação sobre os conhecimentos e cidadãos da colônia?

A abordagem teórica incluiu a literatura sobre políticas públicas e pesca artesanal, o que fundamentou a análise dos dados. Entre os textos consultados destacam-se Lima e Leitão (2014), Veiga e Leitão (2017), Guimarães e Leitão (2019), Guimarães e Leitão (2020), Leitão (2023), entre outros.

Sobre as políticas públicas, segundo Easton (1965) evidencia que são influenciadas por diferentes agentes sociais, políticos, econômicos, culturais e de gênero, desde a formulação até os resultados apresentados. Por isso, ao analisar políticas públicas, é importante refletir sobre algumas questões: como são criadas, implementadas e acompanhadas; quais os critérios de inserção nos programas, de que forma os recursos financeiros são distribuídos e qual o impacto causado aos beneficiários.

Importante ressaltar que as políticas públicas são previstas por lei no Brasil e estão submetidas à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que, em seu Capítulo II, Art. 6º, infere acerca dos Direitos Sociais, trazendo o seguinte texto: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988).

Nesta perspectiva, tem-se que é papel do poder público a regulamentação da política nacional de desenvolvimento sustentável da Atividade Pesqueira, conciliando o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, calculando, autorizando ou estabelecendo, em cada caso citado em lei. (BRASIL, 2009).

O artigo está estruturado em três tópicos: 1) A Colônia de Pescadores Z1 do Pina, Recife-PE; 2) As Políticas Públicas desenvolvidas na Pesca Artesanal e 3) O diálogo entre poder público e Colônias de Pescadores.



COLÔNIA DE PESCADORES DO PINA(Z-1)

As primeiras colônias de pescadores foram criadas no ano de 1919 sob tutela da Marinha da Guerra, com um lema que dizia “Pátria e Dever”, com a intenção de proteger o extenso litoral do país (Duarte Filho, 2019). Tais instituições tiveram um impacto significativo na vida dos pescadores brasileiros. De acordo com o estudo de Angelo Brás Fernandes Callou (1994), a Missão do Cruzador “José Bonifácio” foi responsável pela criação de várias colônias e a ingerência militar da marinha influenciou, direta e indiretamente, na configuração sociopolítica dos pescadores daquele período.

Somente no início da década de 1950 o setor pesqueiro entra na agenda governamental brasileira, influenciado pela ideologia desenvolvimentista que o país estava vivenciando. Benefícios fiscais foram criados e créditos foram cedidos caracterizados como instrumentos econômicos de promoção ao desenvolvimento do setor pesqueiro. Nas décadas seguintes, reforçaram-se os fomentos à indústria pesqueira, enquanto a pesca artesanal - atividade que tradicionalmente mantém os povos que habitam tanto as regiões costeiras quanto as águas interiores da Amazônia - permaneceu marginalizada politicamente até meados da década de 1980, quando o Sistema Nacional de Crédito Rural (criado em 1965) passa a atender também o pescador artesanal (HELLBRANDT *et al.*, 2012).

A Colônia Z-01, em Recife, foi fundada em 25 de junho de 1920. No início era situada no complexo giradouro do Cabanga, constituída por pescadores da Mata Sul, que devido à escassez de trabalho na indústria canavieira, migraram para a região metropolitana do Recife. Posteriormente, a referida Colônia foi transferida para Boa Viagem nas proximidades do edifício Castelinho, e no ano de 1950, foi definitivamente para Brasília Teimosa, onde se encontra até hoje, na Rua Marechal Hermes, nº 1 Brasília Teimosa, com o nome “Colônia dos Pescadores do Pina Z-1”(Lima; Leitão, 2014). A entidade de classe está circunscrita ao Município do Recife, uma área litorânea e banhada por diversos rios, Capibaribe, Beberibe, Juquiá e Jordão.

A localidade pertencia ao poder público, sob a administração do Porto do Recife, que tinha o objetivo de instalar um parque de inflamáveis. A área foi ocupada por pescadores após um incêndio nas suas moradas no bairro Cabanga, conforme explicita o livro “As praias e os dias” de Rita de Cássia Barbosa de Araújo.

Os herdeiros do Visconde do Livramento venderam ao Estado o domínio útil da área conhecida por Cais do Areal, bairro do Pina. Este Areal novo foi formado pelas areias retiradas da Coroa do Passarinho, sendo destinado para Administração do Porto do Recife, e pensando, pelo governo, para fazer a instalação de um parque de inflamáveis. Durante a segunda guerra, o Areal serviu de acampamento para soldados, e, em 1953, a Colônia de Pesca Z1 obteve autorização do governo



para ocupar uma área de 30 hectares. A área já vinha sendo ocupada desde 1937, por pessoas pobres e humildes, e, desde 1952, por pescadores que tiveram de deixar suas moradas no Cabanga, destruídas por um incêndio, supostamente de origem criminoso. (ARAUJO, 2001 p. 142).

Entre as atividades realizadas pelas Colônias de Pescadores, estão a defesa dos interesses dos pescadores e a busca de melhores condições de trabalho, dando apoio aos profissionais da pesca em questões legais e burocráticas. A atividade principal dos pescadores na colônia Z-1 é a pesca de peixes em água salgada e em estuário.

Sobre o quantitativo de associados da Colônia Z 1 tem-se informações sobre o decréscimo de associados: 1.700 pescadores cadastrados em 2009 (Nascimento, 2009); 2.040 associados em 2014 (Lima; Leitão, 2014); atualmente, são 1.150 pescadores registrados segundo a administração da Colônia.

A Colônia tem uma presença feminina significativa, a começar pela atual presidente que atua nas lutas dos interesses de pescadores e pescadoras da comunidade. A liderança e a presença feminina vêm crescendo nas comunidades pesqueiras, mas ainda não possuem o reconhecimento merecido. Existe uma divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres na pesca artesanal, sendo os homens ainda visto como provedores e as mulheres na função de cuidadora da casa, das crianças, idosos e enfermos e beneficiadores dos produtos da pesca, como destacam LEITÃO (2008). “na profissão de pescadora, a relação entre homens e mulheres repete o que ocorre no resto da sociedade: mesmo se esforçando como pescadoras as mulheres não têm o seu trabalho valorizado. Por isso, muitas vezes, elas próprias não conseguem enxergar a importância de seu papel”. No entanto, apesar das diferenças e desigualdades de gênero se constituir em aspecto relevante, não consiste em objetivo e recorte metodológico da pesquisa, semelhantemente a outras questões relacionadas ao meio ambiente, incluindo saneamento e a comercialização do produto, ou seja, demandas ambientais e econômicas que comprometem diretamente a atividade pesqueira, mas aqui não serão analisadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PARA APESCA ARTESANAL

As políticas públicas são essenciais para subsidiar e valorizar as atividades dos pescadores e outros pequenos produtores. Na sua formulação atuam vários atores (governantes, comunidade de pesquisa, movimentos sociais, etc.) que podem influenciar nesta ação do poder público. Constituem um importante instrumento de ação governamental, no intuito de direcionar esforços para o desenvolvimento de um determinado setor econômico, social e territorial (ORTOLANI, 2007).



Um importante passo na inclusão de Políticas Públicas no período estudando, foi a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, no ano de 2003, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das atividades pesqueiras no país (LEITÃO, et al, 2021).

Existem várias políticas públicas desenvolvidas para o setor pesqueiro no âmbito nacional, no recorte temporal da pesquisa. Podemos destacar algumas destas políticas na tabela 1.

Tabela 01. Política Públicas de 2003 a 2021

POLÍTICA PÚBLICA	ANO	OBJETIVO
Seguro Defeso (alteração)	2003	Altera de forma significativa a concessão do benefício do seguro-desemprego do pecador durante o período de defeso.
Telecentro Pesca Maré	2004	Garantir o direito e acesso a novas tecnologias, ampliação das relações, acesso a internet e democratização da comunicação.
Agro amigo	2005	Melhorar o perfil social e econômico do pescador artesanal.
Programa Artesanato Solidário	2006	Incluir a pesca artesanal no programa que tinha como objetivo valorizar o trabalho dos artesãos e sua inclusão no mercado, através do apoio à comercialização dos seus produtos.
Fábrica de Gelo	2007	Facilitar a conservação dos pescados e fortalecer a cadeia produtiva da pesca artesanal.
Fundo da Pesca e Aquicultura (FPA)	2008	Fundo financeiro que tem como objetivo apoiar projetos de desenvolvimento da pesca e aquicultura no país
Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP	2009	Regularização e o controle das embarcações e dos pescadores.
Minha Casa Minha Vida voltado para pescadores (as) artesanais	2009	Facilitar a aquisição de imóveis para a população de baixa renda (incluindo a comunidade pesqueira).
Programa brasileiro de certificação profissional (Rede Certific)	2009	Reconhecimento formal de saberes, conhecimentos e competências profissionais.
Projeto Descobrimdo Tesouros do Programa Conexões de Saberes	2010	Estimular maior articulação entre a instituição universitária e as comunidades populares.
Curso de Beneficiamento do Pescado (Semana do Peixe)	2010	Estimular o consumo de pescado no País
Projeto de Aquisição de Alimentos	2010	Promover a agregação de valor à produção
Máquina Despoldadora de Peixe	2010	Beneficiar o pescado.



PRONATEC	2014	Ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda
Sistema nacional de cadastro para pescadores profissionais	2021	Cadastramento e recadastramento de pescadores profissionais

Fonte: Elaboração do autor (2023)

A tabela 1 explicita algumas políticas públicas inclusivas e os períodos em que a pesca artesanal recebeu os incentivos. Dentre as políticas públicas que asseguram direitos sociais aos pescadores e pescadoras, direitos garantidos pela Constituição, através da previdência social, têm-se: o auxílio-acidente, o auxílio-doença, o auxílio-reclusão, a pensão por morte, aposentadoria por invalidez e aposentadoria por idade. Para acessar os direitos é necessário estar cadastrado no INSS como segurado especial. Entre as Políticas Públicas voltadas à pesca artesanal relacionadas à seguridade social podemos destacar o Seguro-Defeso (SD).

O Seguro-Defeso foi instituído apenas em 1991 pela Lei nº 8.287/91, substituída em 2003 pela Lei nº 10.779/03, modificada pela Lei nº 13.134/15, que regulamentou o disposto na Constituição de 1988 em relação ao Seguro-Desemprego. O pescador para ter acesso aos benefícios do Seguro Defeso, deve ser segurado especial na categoria de pescador artesanal, comprovando a sua contribuição previdenciária nos últimos 12 meses imediatamente anteriores ao requerimento.

O Seguro-Defeso assegura a concessão de assistência financeira temporária, no valor de 1 (um) salário-mínimo (SM) mensal, a pescadores artesanais em situação de interrupção forçada de seu regime de trabalho, o período em que é vedada a pesca de determinadas espécies a fim de garantir sua adequada reprodução. Trata-se de uma política que dialoga com as questões ambientais, voltado à conservação dos recursos naturais renováveis.

Além disso, foram desenvolvidos esforços para combater a pesca ilegal e promover a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, por meio da implementação de normas e regulamentações mais rigorosas, como limites de captura, tamanhos mínimos de captura e proibições de pesca em determinadas épocas do ano.

No governo de Dilma Rousseff, o Brasil continuou a implementar políticas públicas para a pesca artesanal, com foco na promoção da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e incentivo à atividade, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a criação do Bolsa Verde.

No governo de Michel Temer, a pesca artesanal passou a ser tratada no âmbito da Secretaria



Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), que ficou vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Durante esse período, algumas ações foram desenvolvidas para a pesca artesanal, como a regularização de áreas de pesca, fortalecimento de associações de pescadores e ampliação do acesso a crédito.

Amudança ocorrida em outubro de 2015, onde o Ministério da Pesca foi extinto e incorporado ao Ministério da Agricultura, teve algumas repercussões negativas para a comunidade pesqueira brasileira. A principal crítica é de que a pesca é uma atividade econômica e social complexa, que possui necessidades e desafios específicos e que mereceria uma gestão mais focada e dedicada.

A transferência da responsabilidade pela pesca para o Ministério da Agricultura gerou preocupação entre os pescadores e instituições ligadas ao setor, que argumentavam que a atividade pesqueira é diferente da agricultura e, portanto, precisaria de atenção especializada.

Também houve receio de que os interesses dos pescadores fossem negligenciados ou subordinados aos da agricultura, que é uma atividade com maiores demandas e pressões políticas. Além disso, a comunidade pesqueira temia perder a representação e voz política que tinham por meio de um ministério próprio.

A última gestão do governo federal findada em 2022 afastou órgãos ambientais da gestão pesqueira (...). Levantamento identificou 82 atos, de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, com potencial impacto na área ambiental (WATANABE, 2021).

Em 2023 foram anunciados pelo governo federal o programa pescador e pescadora legal, iniciativa da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa do MPA (visa o atendimento nas diversas comunidades pesqueiras brasileiras, principalmente aquelas de difícil acesso, a fim de regularizar os pescadores e pescadoras como profissionais na atividade de pesca) e o programa Povos da Pesca Artesanal (beneficia cerca de 1 milhão de trabalhadores da pesca oferecendo, entre outros benefícios, bolsas de estudo aos alunos de escolas públicas que venham de comunidades pesqueiras tradicionais).

Ainda é possível pontuar que recentemente foi assinada outra norma do Poder Executivo que recria o Conselho Nacional da Aquicultura e Pesca - CONAPE (Decreto nº 11.625, de 02 de agosto de 2023). O órgão é um espaço no qual a sociedade participa da discussão das políticas públicas e do ordenamento pesqueiro nacional.

Tal colegiado havia sido desativado ainda no governo de Michel Temer e trabalhará em prol do fortalecimento da pesca artesanal, bem como, na criação de um Plano Nacional de Pesca Artesanal, considerado um dos pilares da consolidação da sustentabilidade, da



inclusão social e fortalecimento das comunidades.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NA COLÔNIA DE PECADORES Z1 DO PINA

Desde o início de suas atividades a Colônia de Pescadores Z1 vivenciou várias intervenções públicas, dentre as quais podemos citar algumas que efetivamente foram implementadas na entidade representativa em estudo, conforme demonstraremos na tabela 2:

Tabela 2 – Políticas públicas destinadas a Colônia Z1 (2003 e 2021)

POLITICA PÚBLICA	ANO	PODER PÚBLICO
Agro amigo	2005	Governo Federal (Banco do Nordeste)
Projeto Descobrimdo Tesouros do Programa Conexões de Saberes	2010	Governo Federal (MEC) em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco.
Curso de Beneficiamento do Pescado (Semana do Peixe)	2010	Governo Estadual (IPA)
Projeto de Aquisição de Alimentos (PAA)	2010	Governo Federal
Curso de Beneficiamento do Pescado	2010	Governo Federal
Chapéu de Palha	2011	Governo Estadual
Fábrica de Gelo	2017	Governo Estadual

Fonte: Elaboração do autor (2023)

A nível estadual, temos em evidência o Programa Chapéu de Palha. Tal programa foi ampliado em 2011 para pesca artesanal, uma vez que esta política já existia na atividade da cana-de-açúcar e na fruticultura.

De acordo com Leitão e Santos (2021), em 2012, o site do Partido Socialista Brasileiro divulgou a justificativa de inclusão dos pescadores e pescadoras no PCP (Programa Chapéu de Palha): “a situação econômica dessa população durante o inverno, quando as chuvas tornam a água turva e desfavorável para a atividade pesqueira” e a diminuição da atividade turística, “situação que não oferece à população alternativa de geração de renda” (PSB, 2011 apud LEITÃO e SANTOS, 2021).

O DIÁLOGO ENTRE PODER PÚBLICO E COLÔNIAS DE PESCADORES.

Diante das intervenções mapeadas foi possível detectar que ainda é insipiente o diálogo entre a colônia e o poder público (instituições que executam a política pública), buscando atender a real necessidade de cada colônia e suas respectivas particularidades. A falha de



comunicação, de escutar as especificidades locais contribui para a dificuldade na execução de algumas atividades, falta conhecer, por parte da instituição executora, a realidade do local e quais as demandas dos pescadores.

Por exemplo, o Entrevistado 1 pontuou:

“Não existe diálogo com o Ministério da Pesca no momento (2023), mas está esperançoso com o Ministro que assumiu a pasta neste ano, porém um pouco desanimado, pois os recursos disponíveis são mal aplicados, gerando um desperdício enorme, por falta de discussões com os pescadores, que são os que realmente sabem onde existem os gargalos”

O Entrevistado 2 reforça:

“Muito superficial. O diálogo com as colônias de pescadores é através das normativas que vem como fontes de leis que é discutido na política nacional de pesca que é discutido através dos tecnocratas e aí determina uma política que é discutida no sul e sudeste que são biomas diferenciados trazendo pro nordeste com aquela informação cumpra-se o que o governo determinou”.

Conforme pode ser observado, muitas das políticas que são destinadas a comunidade pesqueira não são utilizadas de forma plena pelos pescadores por falta de capacitação dos mesmos e um planejamento por parte dos órgãos que são responsáveis pela execução da política pública, o que dificulta a compreensão por parte dos pescadores sobre os benefícios e a forma de como acessá-los.

A exemplo do sistema nacional de cadastro para pescadores profissionais, que de acordo com as respostas obtidas nas entrevistas na colônia Z1 podemos afirmar que boa parte dos pescadores não estão preparados para acessar a internet e efetuar o cadastro.

O Entrevistado 2 salientou:

A necessidade de uso de equipamentos eletrônicos tem sido muito complexa, em relação ao manuseio de equipamento eletrônico, em relação a capacitação dos representantes de colônias e pescadores, quer dizer, o governo deixa muito a desejar em relação a esse tipo de documentação.

Existem algumas causas que limitam a atividade pesqueira a se desenvolver e crescer na produção. Dentre esses “gargalos” alguns foram citados pelos entrevistados: “O maior gargalo da atividade pesqueira é acessibilidade de território é a questão da certificação na qual se busca agregar valor aos nossos produtos” (Entrevistado 2).

Verificamos que a política pública pesqueira mais visibilizada pelo entrevistado/a na Colônia Z1 é o Programa Chapéu de Palha que segundo Entrevistado 2, “[..]. é uma complementação de renda, no período mais crítico em relação a atividade pesqueira, que



dura de 3 a 4 meses pois não há sobrevida neste período” (Entrevistado 2).

O Programa Chapéu de Palha ganhou notoriedade para os pescadores e pescadoras artesanais tendo em vista ser uma política pública que até hoje atende a comunidade, uma assistência financeira complementar que atende a 40% da comunidade pesqueira aqui pesquisada. Segundo o vice-presidente da Colônia, Sr. Neno, esse benefício atende aproximadamente 400 pescadores cadastrados na Colônia Z1, para se cadastrar é necessário apresentar documentos que comprovem a atividade pesqueira (RGP; protocolo de manutenção da atividade pesqueira expedido/validado anualmente pela SFA/MAPA etc.). Em 2021, segundo o Governo do Estado, o programa beneficiou 41.487 trabalhadores, entre eles, 4.337 da pesca artesanal (Portal Folha de Pernambuco, 2022).

Os dados documentais relacionadas a políticas voltadas para mulher na pesca, apesar de não ser nosso objeto de pesquisa, constatamos que as pescadoras artesanais têm conseguido pautar na agenda governamental do Estado alguns pontos fundamentais à emancipação social dessa categoria de trabalhadoras (LEITÃO, 2007; CALLOU; TAUKE SANTOS; GHELEN, 2009; CALLOU, 2013; Apud LIMA, 2014).

No entanto nas entrevistas, quando as perguntas são relacionadas a presença de mulheres na colônia, as respostas reforçam o entendimento que o seu trabalho não é devidamente reconhecido.

“A presença da mulher sempre existiu e existe, porque existe mulheres aí como hoje o mundo social, a vida social das pessoas, existe mulher que tem uma penca de filhos, cinco, seis, oito, dez filhos, criando sozinha, independente de homem, e a maioria dos tempos as mulheres sempre tiveram na atividade pesqueira. Só que nunca apareceu, nunca configurou documentalmente, existia uma total informalidade das mulheres” (Entrevistado 2).

Na comunidade pesqueira, as mulheres vêm ganhando espaço, principalmente nas posições representativas. Atualmente, a Colônia de Pescadores Z1 é presidida por uma mulher, como já dito anteriormente, entretanto, apesar da liderança e da representatividade, a existência de preconceito de gênero ainda é uma realidade.

Todavia, é importante ressaltar, que não foi relatado na Colônia pesquisada, a presença de uma política pública no sentido de realizar ações compensatórias, com o objetivo de minimizar as consequências da exclusão histórica que as mulheres vivenciaram na pesca artesanal.

Nas entrevistas levantamos a questão da evasão de pescadores artesanais para outras atividades fora do contexto da pesca e as principais dificuldades no exercício da profissão. Os entrevistados não deram um índice, mas confirmaram que existe uma diminuição



considerável da quantidade de pescadores, uma vez que as novas gerações estão seguindo outras atividades laborais.

No tocante as principais dificuldades foram pontuadas pelos representantes da Colônia a questão da poluição das águas, a invasão dos territórios pela especulação imobiliária e a falta de pescadores embarcados.

Somado as dificuldades corriqueiras dos pescadores artesanais da Colônia Z1 é interessante acrescentar outros fatos relatados pelos entrevistados, que não estão contidos nas respostas do questionário, mas que abalaram a pesca no Nordeste do Brasil entre 2019 e 2021: o derramamento de óleo, a pandemia do Covid-19 e a doença da urina preta. Esses eventos tiveram um impacto negativo comum, pois a demora do governo em fornecer auxílios emergenciais e a falta de cadastro de muitos pescadores no RGP dificultou o acesso a políticas assistencialistas.

Durante o processo de construção de uma política pública, o diálogo entre os atores sociais é imprescindível para buscar as realidades locais a partir da comunidade. As ações fomentadas em âmbito nacional necessitam ser direcionadas, pois, cada comunidade tem uma necessidade específica. Do mesmo modo que os Estados e os Municípios também devem priorizar as políticas públicas considerando os problemas pontuais de cada microrregião.

A partir do que foi colocado como objetivo da pesquisa, é possível concluir que houve avanços no setor pesqueiro, considerando os primeiros governos Lula e que houve um retrocesso considerando as ações implementadas na última gestão do governo federal. Poderia afirmar que a colônia permaneceu com muitas das mesmas dificuldades enfrentadas ao longo dos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo realizado buscamos conhecer as políticas públicas para a pesca artesanal, em especial, as ações voltadas para a Colônia Z1. As políticas públicas que foram mapeadas abordam diversos eixos do setor pesqueiro que vão desde o incentivo à produção, comercialização, assistência técnica, saúde, seguridade social, educação, meio ambiente etc. Muitas destas políticas têm caráter inclusivo de promoção da qualidade de vida como é dos Programas caso do Chapéu de Palha e Bolsa Família, esta última não é uma política exclusiva ao setor, mas tem beneficiado pescadoras e pescadores, considerando que a atividade rende poucos recursos econômicos para trabalhadoras e trabalhadores do setor, quem realmente lucra com o setor são os atravessadores, há necessidade de regulamentação para um comércio justo.



Ressalta-se ainda que as políticas públicas identificadas nessa pesquisa têm uma grande importância para o desenvolvimento do setor pesqueiro, mas é necessário que os órgãos que as promovem estabeleçam estratégias que garantam o acesso, por meios de comunicação acessíveis às comunidades da pesca artesanal, uma vez que os portais ministeriais são **repletos** de informações e políticas que muitas vezes são difíceis de conhecer e ter acesso. O que tem sido iniciado atualmente, em 2023, com a criação de Grupos de Trabalho e reuniões com as lideranças.

Constatamos a necessidade de atuação do poder público na direção de proteger as formas tradicionais de produção, os seus meios de subsistência e os valores intrínsecos em todas as comunidades pesqueiras. Todas essas medidas são ações governamentais possíveis de serem implementadas, que precisam ir além dos discursos sobre responsabilidade social e de garantia de cidadania das Colônias de pescadores. Medidas práticas são urgentes para mudar a situação de vulnerabilidade e injustiças sociais vivenciadas pela comunidade em estudo, que representa uma entidade de classe entre muitas em todo o Brasil.

Algumas conclusões deste estudo, talvez já estejam sendo respondidas na atual gestão do governo federal, ao compor grupos de trabalho e do diálogo mais próximo com as lideranças da pesca artesanal em território brasileiro.

Neste sentido, os resultados desta pesquisa demonstram que segundo os entrevistados, o diálogo e o apoio às necessidades específicas de cada comunidade indicam ser o caminho a seguir para a formulação e implementação de políticas públicas sustentáveis.

REFERÊNCIAS

DIEGUES, Antonio Carlos. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo, Ática, 1983.

FAO lança Ano Internacional da Pesca e Aquicultura Artesanais 2022. NAÇÕES UNIDAS BRASIL, Brasília, DF, 23 de nov. de 2021. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/159831-fao-lan%C3%A7a-ano-internacional-da-pesca-e-aquicultura-artesanais-2022>. Acesso em 10 de set. de 2023.

ISAAC V. J.; SUMAILA, U. R. et. al. Climate Change Impacts on the Biophysics and Economics of World Fisheries. Nature Climate Change, 2011. Published online: 20 november 2011.



Lima, C. M. ; LEITÃO, M. R. F. A. . Transversalidade de Gênero e Políticas Públicas na cadeia produtiva da pesca artesanal nas comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma (PE/Brasil). *Vivência: Revista de Antropologia* , v. 1, p. 123-134, 2014.

VEIGA, M. C. M. ; LEITÃO, M. R. F. A. . GÊNERO E POLÍTICA PÚBLICA: Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal em São Jose da Coroa Grande - PE. *REVISTA FEMINISMOS* , v. 5, p. 53-66, 2017.

GUIMARAES, D. R. ; LEITÃO, M. R. F. A. . Formação política em gênero: O processo de empoderamento da mulher pescadora em Pernambuco entre os anos de 2004 e 2014. *REVISTA FEMINISMOS* , v. 7, p. 26-40, 2019.

GUIMARAES, S. R. ; LEITÃO, M. R. F. A. . Pesca artesanal: reflexões sobre políticas públicas na Colônia de Pescadores Z-33 em Porto Jatobá, Pernambuco. *INTERAÇÕES* , v. 21, p. 347-461, 2020.

[LEITÃO, M. R. F. A.](#); ZANCHETT, S. A. S. . HISTÓRIA DAS MULHERES: LUTAS E RESISTÊNCIAS AO PATRIARCADO NA COLÔNIA DE PESCADORES (AS) EM ITAPISSUMA. In: Silvana Aparecida da Silva Zanchett [et. al.]. (Org.). *Trilhando caminhos, tecendo redes: história, linguagens e outras possibilidades interdisciplinares*. 1ed.Goiânia: Cegraf UFG, 2023, 2023, v. 1, p. 175-199.

EASTON, D. *A Framework for Political Analysis* Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Brasília, DF: Brasil, 2009.

DUARTE FILHO, Pedro Paulo. *Relatório do Estágio Supervisionado Obrigatório realizado na Associação de Pescadores e trabalhadores em atividades afins de Igarassu. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Engenharia de Pesca, Recife, BR-PE, 2019.*

CALLOU, Angelo Bras Fernandes. *A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela Missão do Cruzador José Bonifácio (1919-1924)*. 1994. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo, 1994. Acesso em: set. 2023.

HELLEBRADT, L. M.; ABDALLAH, P. R., HELLEBRADT, D. “Avaliação de Políticas Públicas Aplicadas à Pesca Artesanal no Brasil”. *Congresso Brasileiro de Oceanografia*, Rio de Janeiro-RJ, 2012.